

- XXIII -**A POLÍTICA DE AVALIAÇÕES EXTERNAS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO: A PERCEPÇÃO DOS(AS) DIRETORES(AS)**

Ivana Gonçalves de Oliveira – FEUSP
ivana.g.oliveira@gmail.com

O papel da avaliação educacional nas políticas públicas tem sido um tema central dos estudos sobre política educacional. Em geral, neste debate é abordada a importância da avaliação nos processos de reforma do Estado que, no Brasil, ganharam força na década de 1990. As reformas educacionais são contextualizadas no processo de emergência das políticas neoliberais apresentadas como respostas à crise do Estado de bem-estar social e os estudos indicam que a avaliação seria um dos pontos centrais nessa redefinição do papel do Estado em relação ao serviço público (AFONSO, 2009a; HORTA NETO, 2013).

Ao discutir políticas e gestão educacional, Dourado (2007) destaca a importância de compreender como as instituições e atores são influenciados pelos marcos regulatórios, de modo que a discussão sobre as políticas educacionais possa ir além da análise das proposições de tais políticas e considere os contextos nos quais elas são efetivamente implementadas.

(...) [A] análise da gestão educacional pode se realizar por meio de vários recortes e planos. Uma perspectiva importante implica em não reduzir a análise das políticas e da gestão educacional à mera descrição dos seus processos de concepção e/ou execução, importando, sobremaneira, apreendê-los no âmbito das relações sociais em que se forjam as condições para sua proposição e materialidade. (DOURADO, 2007 p. 923)

Considerando a importância da abordagem em torno do contexto no qual as políticas públicas se concretizam, esta comunicação tem como objetivo apresentar parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado realizada com diretores(as) de escolas públicas de educação básica. A pesquisa intitulada: *Gestão escolar e gênero: análise do trabalho de diretoras(es) no contexto das reformas educativas* foi realizada por meio de um estudo qualitativo, com base na abordagem da entrevista compreensiva, (KAUFFMAN, 2013; ZAGO, 2011). As entrevistas

foram realizadas com seis diretores(as) de escolas de ensino fundamental da rede municipal de educação de São Paulo. Foram identificadas percepções diversas, dos(as) diretores(as) participantes, acerca das políticas de avaliação e do estabelecimento de metas para as escolas. Assim, se mostrou relevante abordar neste evento, este aspecto específico da pesquisa.

O primeiro ponto possível de identificar na análise das entrevistas é que a política de avaliações externas é apropriada de formas diferentes pelos atores que participaram da pesquisa, mesmo se tratando da mesma rede de ensino. Os(as) diretores(as) entrevistados(as) apresentam diferentes graus de adesão ou crítica às propostas. Desta forma, além de analisar as visões dos(as) diretores(as) sobre o tema, é possível fazer alguns apontamentos sobre a presença das avaliações no cotidiano escolar a partir dos discursos dos(as) participantes.

De acordo com Barroso (2006), a análise sobre os modos de regulação em educação deve considerar tanto as normas instituídas quanto o ajustamento realizado pelos atores no processo de ação. Sendo assim, embora todas as escolas precisem realizar as avaliações externas, conforme normatizado pela Ministério da Educação e pela Secretaria Municipal de Educação, há formas diferentes de dar sentido a esta política pública no cotidiano escolar. Nas escolas pesquisadas, estas diferentes lógicas perpassam desde a apropriação das orientações a partir da própria perspectiva, pela tentativa de relegar/diminuir a relevância da política até a tentativa de adesão ou adaptação à política tal como ela foi normatizada.

A maioria dos participantes adotou um discurso bastante crítico em relação às avaliações a partir de diferentes pontos de vista, que não chegavam a se contrapor, mas pareciam se complementar. A forte presença da crítica às avaliações externas entre a maioria dos(as) participantes da pesquisa indica que, para além do discurso do Ministério da Educação e da Secretaria Municipal de Educação que buscam a adesão dos diversos atores do campo educacional ao que tem sido denominado como “cultura avaliativa” (BAUER et.al 2015), outros discursos, principalmente as críticas do campo pedagógico ou dos movimentos de professores(as), parecem apoiar a perspectiva dos(as) diretores(as) sobre o tema.

As críticas apresentadas pelos(as) diretores(as) às avaliações externas remete a aspectos como: a possibilidade de as avaliações externas provocarem uma padronização do currículo escolar; a culpabilização da escola e dos professores(as) pelos resultados alcançados; uma visão restrita de qualidade educacional e o reforço de perspectivas classificatórias em contraposição a uma perspectiva formativa de avaliação escolar. As críticas dos(as) participantes apontam, portanto, para diversos aspectos presentes no debate sobre as políticas de avaliação externa (ARCAS, 2009; BAUER, 2015; HORTA NETO, 2013; AFONSO, 2009).

Também foram feitas algumas menções positivas em relação às avaliações. Nestes casos, os(as) diretores(as) apontaram a possibilidade de utilização dos resultados para reflexão pedagógica, readequação curricular e estabelecimento de estratégias de ensino, e também a importância das avaliações para a coleta de dados por parte do sistema de ensino para o monitoramento do aprendizado do estudantes e o estabelecimento de políticas educacionais como formação de professores(as) e materiais didáticos.

No que se refere a presença das avaliações no cotidiano escolar, os(as) diretores(as) fazem críticas à quantidade excessiva de testes e afirmam haver um aumento no volume de trabalho, tanto dos(as) professores(as), quanto dos(as) diretores(as). No âmbito da direção, mencionam o trabalho de logística e organização para aplicação. As respostas em relação ao desempenho da escola foram um pouco vagas, embora a maioria dos(as) diretores(as) manifestasse noções em relação aos resultados. Apenas uma diretora, que tinha um perfil de forte envolvimento com as questões pedagógicas, mencionou uma ação mais concreta em relação à utilização dos resultados.

Os diferentes graus de adesão e crítica dos(as) participantes às propostas de avaliação externa subsidiaram formas diversas de se relacionar com esta política no cotidiano escolar. Desta forma, é possível identificar que, tal como abordado por Barroso (2006), múltiplas formas de regulação estão implicadas na efetivação da política pública, indicando que a importância de considerar, para além das normatizações estabelecidas, as mediações que ocorrem entre as políticas formuladas, os contextos locais e a ação dos atores(as) envolvidos na sua implementação.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ARCAS, Paulo Henrique. **Implicações da progressão continuada e do Saresp na Avaliação Escolar: tensões, dilemas e tendências**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2009

BARROSO João. O Estado e a educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In. BARROSO, João (org). **A regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaços, Dinâmicas e atores**. Lisboa: Educa. 2006

BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; DE OLIVEIRA, Romualdo Portela. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. spe, p. 1367-1384, 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100, out, 2007.

HORTA NETO, João Luiz. **As avaliações externas e seus efeitos sobre as políticas educacionais**. Uma análise comparada entre União e os Estados de Minas Gerais e São Paulo. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2013.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In CARVALHO, Maria Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs) **Itinerários de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 183-206.